

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR

Ao vigésimo nono dia do mês de Julho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://conferencia.pr.gov.br/CERMA>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais**: Ana Felícia Bodstein (SEJUF) - Titular; Saul Dorval da Silva (Casa Civil/SUDIS) – Titular; Edson Belo Clemente de Souza (SETI) – Suplente; Cláudio Marques Rolin e Silva - SESP; Danilo Peres Buss (SECC) – Titular; Luciane Taline da Costa (SEJUF/DAS) – Suplente. **Conselheiros da Sociedade Civil**: Marcia Terezinha Ponce (CÁRITAS Regional PR) – Titular; Marcos Regazzo - Caritas Regional Paraná; Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular; Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente; Rima Awada Zahra (CRP) – Titular; Jocasta Martins-Aldeias Infantis; Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP) – Suplente; Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular; Elizete Sant’Anna (Pastoral Migrante) – Titular; Nadine Hypolite Silvain-Pastoral Migrante(Suplente); **Demais Participantes da Reunião**: Luis Evelio Acevedo (UNILA); Jaqueline Tontini (SESA - Foz do Iguaçu); André Martini; Luana -DAS; Janaina Cristiano-FAS; Elias de Oliveira - Sec. de Assistencia Social/Foz do Iguaçu; Fabiola Belini; Antonia de Meira Schena; Antonio Lorencini; Ediane de Paula Machado Soares; Tatiane Vanessa Elias -Sec. Municipal de Saude- Foz do Iguaçu; Claudia Anjos – OIM; Fabiane Lagasse; Claudia Estorilio; Emmanuel Predestin; Gabriela Gonçalves Nogarolli – MPPR; Gabriela Teixeira – CRP; Graziella Molina – SEJUF/DEDIF; Isabella Traub; Izabel Araujo Neckel – PUPC/PR; Janaina Ribeiro; Jane Vasques – Secretária Executiva; Jonas Rodrigues – Cáritas; Nadia Floriani; Julia Crubellate; Luan Mazieri; Luana Lubke – SEJUF/DAS; Luiza Gagliardi; Raquel Carvalho; Roselene Sonda – MPPR; Tatyana Friedrich; Vitor Jasper; Maxsoel- SEMED-Cascavel; Gladys Amelia Velez- Unila; Hudson-Cascavel; Adriana Luz- Sec. de Educação - Fos do Iguaçu; Poliana -Cascavel; **1. Abertura**: Após a visualização de quórum, a Presidente Márcia Ponce saudou todos os conselheiros e conselheiras presentes dando início à reunião. **2. Apreciação e Aprovação das Pautas**: Todas as pautas anteriormente solicitadas à Secretaria Executiva foram lidas e postas para aprovação do pleno. A conselheira Elizete solicitou a inclusão de uma pauta referente a vacinação contra a Covid-19 dos migrantes e refugiados. A pauta solicitada pela conselheira foi aprovada. A presidente Marcia sugeriu à plenária a possibilidade de postergar o Relato das Comissões e GTs para depois do ponto de ‘Apresentação dos Municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel’, pois os relatos podem ter duração maior do que o esperado. O ponto ‘Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015 - CPF – Atendimentos no Brasil - Regina Rabelo Guimarães’ também foi adiantado, onde será debatido após o ponto de ‘Apresentação dos Municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel’. **3. Aprovação da Ata de Junho de 2021**: Em seguida, a presidente Marcia indagou se houve considerações e solicitações de alterações a Sec. Jane. A secretária executiva respondeu que não houve nenhuma solicitação. Sendo assim, a Ata de Junho foi aprovada pelo Conselho. **4. Apresentação dos Municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel**: A presidente Marcia, dando sequência à reunião, expôs que gostaria que os representantes de Foz do Iguaçu se apresentassem ao Conselho, tanto do Poder Público, como das demais outras representações que possam estar presentes na reunião, reforçando que as Reuniões Descentralizadas do Cerma - quando presenciais - eram

realizadas visitando locais com o Poder Público, Organizações e Representações de Migrantes e Refugiados presentes no território. Essas reuniões têm como objetivo abrir diálogos, compreender os desafios e contribuir na solução dos problemas relatados, portanto, a ideia é de quais são as perspectivas dos municípios em relação aos migrantes e refugiados que os habitam. A presidente Marcia solicitou que a Sec. Jane realize uma chamada das secretarias convidadas a participar da reunião. A Secretaria de Saúde de Foz de Iguaçu estava presente sendo representada por Jaqueline Tontini, responsável pela Diretoria da Atenção Primária e também pela Tatiane, responsável pela Diretoria de Auditoria. A Secretaria de Educação de Foz de Iguaçu também esteve presente, sendo representada por Adriana. A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel esteve presente, sendo representada por Maxwell. A Secretaria de Assistência Social de Cascavel esteve presente, sendo representada por Hudson. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana esteve presente, sendo representada pelo seu vice-reitor, Luis Evelio Acevedo e pela Professora Grazi, esta que expôs seu prazer em estar presente nessa reunião, visto que o tema da mesma envolve diretamente a universidade, além disso, informou que a UNILA possui uma Comissão que atende os casos de alunos refugiados e migrantes em diversos espaços da universidade. Além disso, outra representante presente da UNILA foi a Fabíola, que trabalha na Pró-reitoria de Relações Institucionais Internacionais na seção de Seleções Internacionais, onde são realizados os processos seletivos de refugiados e entre outros processos. Outra representante da UNILA presente foi a Fabiana, que trabalha também na Seção de Apoio a Estrangeiros e na Comissão de Apoio aos Migrantes, Refugiados e Portadores de Visto Humanitário, sendo essa comissão a ponte do aluno com a universidade. A presidente Marcia agradeceu a apresentação e presença de todos, tanto de Cascavel quanto de Foz do Iguaçu. Consequente, a presidente informou que essa é a primeira vez que é realizada uma Reunião Descentralizada com dois municípios de grande porte que possuem uma enorme demanda aumentando os desafios. A presidente também informou que este é o segundo mandato do conselho que foi constituído em 2015, sendo relativamente novo, mas que possui um trabalho muito expressivo justamente pela alta demanda que o estado possui referente a migrantes e refugiados. Além disso, o conselho possui representações das agências da ONU como membros observadores, que vem atuando ativamente no país nesses últimos anos devido ao movimento migratório que vem acontecendo. De forma objetiva, a presidente solicita que as Secretarias e a UNILA que se apresentaram pudessem compartilhar com o Conselho os desafios de atuação frente à execução de políticas públicas do município ou ações tomadas pela comissão da universidade, enfim quais os desafios e oportunidades no contexto de pandemia. Inicialmente à abertura de fala, a Tatiane (SESA - Foz do Iguaçu) mencionou que em conjunto ao convite foi indicado que era para trazer informações relacionadas aos atendimentos dos estrangeiros em situações de Covid-19 no município... Para isso, foi elaborada uma apresentação de acordo com o que foi proposto, solicitando assim a aprovação para compartilhar as informações com os demais presentes. Infelizmente, por motivos técnicos da plataforma não foi possível compartilhar a tela para todos, portanto, Tatiane expôs oralmente as informações que estavam dispostas. Inicialmente, Tatiane reforçou a posição geográfica de Foz de Iguaçu, uma região que faz fronteira com dois países - Argentina e Foz do Iguaçu - e portanto, é muito fácil o acesso de estrangeiros à cidade. A cidade possuía

uma grande procura pela confecção do Cartão SUS, sendo necessária a criação de uma instrução normativa que foi publicada no dia 02 de Junho de 2020, expondo quais são os requisitos do cartão SUS e como se dá o acesso de toda população na Rede de Atenção da Saúde do Município. Foram abrangidas, tanto a população brasileira que reside em Foz de Iguaçu, a população brasileira que reside em Ciudad Del Este ou Argentina e os estrangeiros residentes no Brasil. A confecção do cartão pode ser realizada em todas as Unidades de Saúde e para estrangeiros são solicitadas algumas documentações, como o RNE - Registro Nacional de Estrangeiros - ou Registro Nacional Migratório ou Certidão Emitida pela Polícia Federal, em conjunto a esses documentos, também é solicitado o CPF e o Comprovante de Endereço atualizado. Referente aos primeiros atendimentos, o paciente poderá procurar a Rede de Urgência - mesmo se não possuir o Cartão SUS ou sem a documentação legalizada - e nas Unidades Básicas, sendo a documentação necessária somente em casos mais graves e complexos. Além disso, Tatiane informou que no período de Março a Julho de 2021 foram atendidos 474 estrangeiros sintomáticos respiratórios dos 12.131 pacientes atendidos, dando um percentual de 2,32% de estrangeiros atendidos. Desses 474 estrangeiros: 20 eram argentinos; 291 paraguaios; 16 haitianos; 61 venezuelanos e o restante de demais nacionalidades. Na Rede Básica de Saúde, onde a partir de março os atendimentos passaram a ser descentralizados das UBS, houve um total para sintomáticos respiratórios de 13.322, onde 145 eram estrangeiros, representando 1,09% dos atendimentos. Além disso, para retirada de medicação também foi fornecida para os estrangeiros - mesmo sem o Cartão SUS. A apresentação elaborada será enviada para o *e-mail* do CERMA para que seja compartilhada com todos (as) os (as) conselheiros (as). A presidente Marcia indicou que caso haja algum questionamento referente às falas, que sejam anotados e questionados no final do ponto de pauta. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) indicou que o Processo Seletivo de Refugiados e Portadores de Visto Humanitário é recente na universidade, anteriormente só existia o Processo Seletivo Internacional e paralelo a isso havia o processo seletivo voltado aos haitianos. Portanto, havendo a necessidade de ampliar o público, surgiu o Processo Seletivo de Refugiados em 2019, tendo 128 inscritos de diversas nacionalidades - em 2020 houve 104 inscritos. Sendo uma vaga para cada curso de graduação - na UNILA são 29 cursos -, tendo como resultado desses dois processos seletivos 40 refugiados ou portadores de visto humanitário matriculados atualmente. Além disso, foi adotada uma nova resolução que irá aumentar o número de vagas para 58 - 02 vagas por curso de graduação. Os desafios enfrentados pela Universidade em tempos de pandemia é fazer com que o aluno permaneça matriculado, levando em consideração as dificuldades financeiras e pela maior dificuldade na adaptação dos (as) novos (as) alunos (as) neste momento de isolamento social, sendo assim, a sua vida acadêmica fica sempre em segundo plano. Portanto, para evitar um maior número de evasão, a universidade e principalmente a comissão deverão estar à frente no acompanhamento dessas problemáticas, como acesso à internet ou equipamento necessário para o discente acompanhar as aulas. O conselheiro Alisson - que é presidente da comissão da UNILA - reforçou as falas da Fabíola e da Fabiana, complementando que no momento há 164 refugiados na UNILA entre os 1600 estudantes internacionais matriculados, que passaram por diversas dificuldades devido ao fechamento das fronteiras. Referente a permanência dos

estudantes, o conselheiro Alisson expôs que a universidade acompanha cada um especificamente, tendo do grupo que ingresso em 2019 apenas 01 evasão, já do grupo de 2020 são contabilizadas 06 evasões de 29 ingressantes. Essas evasões muito se devem à necessidade de trabalhar dos alunos, seja para se alimentar, pagar aluguéis - que aumentaram seu preço durante a pandemia - e sobreviver fora de seu país de origem. Além disso, o conselheiro indicou que o processo seletivo da UNILA está aberto e pela primeira vez, o Processo Seletivo Internacional recebe o Haiti, que foi o país que mais teve candidatos - geralmente eram Colômbia e Paraguai. Outra questão levantada pelo conselheiro Alisson foi sobre questões jurídicas de estudantes refugiados e portadores de visto humanitário em uma universidade de fronteira, quando um projeto de extensão ou evento é realizado no país vizinho, onde dependendo da nacionalidade há a impossibilidade de travessia, pois depende de visto ou questões de refugiados que devem solicitar autorização do CONARE para poder sair do país. A presidente Marcia salientou a necessidade de ações e avaliações referentes às questões levantadas, sendo um momento importante para que haja diálogo também sobre as crianças migrantes e escolas que estão em ensino híbrido, mensurando qual foi o impacto dessas medidas na população migrante do estado. Ademais, a presidente agradeceu a fala dos convidados de Foz de Iguaçu e abriu para perguntas sobre as apresentações. A conselheira Elizete indagou se há diálogo entre o município e a universidade referente às problemáticas expostas, elaborando soluções, além do mundo acadêmico. O conselheiro Alisson informou que há uma interlocução, na pandemia houve um diálogo sobre Auxílio Estudantil com a Assistência Social, conseguindo algumas centenas de cestas básicas em que a universidade distribuiu aos seus alunos. Além disso, foi estabelecida uma parceria para a confecção do Cartão SUS, onde para o estudante da UNILA, a universidade elabora uma declaração de residência para facilitar a comprovação para maior agilidade do processo. O conselheiro Alisson também informou que, recentemente a UNILA conseguiu uma doação da Receita Federal de 500 *smartphones* para estudantes que não possuíam condições financeiras para adquirir os equipamentos para acompanhar as aulas. A convidada Fabiana relatou que a UNILA realiza mutirões desde 2015, onde inicialmente a Polícia Federal ia até a universidade para auxiliar nos trâmites burocráticos para confecção da CRNM - Carteira de Registro Nacional Migratório. Porém, atualmente houve algumas mudanças no sistema da Polícia Federal e a universidade passou a levar os alunos até o *shopping* onde a Polícia Federal está localizada em Foz do Iguaçu, fornecendo transporte e apoio na organização dos documentos necessários. Nesses mutirões, alguns atenderam até 600 alunos no auxílio de suas permanências no Brasil. A presidente Marcia ressaltou que nesse contexto da pandemia, os grandes desafios se deram nas 3 áreas: Assistência Social; Saúde e Educação. O Secretário da Assistência Social de Foz, Elias, ressaltou que vem sendo realizado um trabalho de construção da Cartilha com a contribuição da OIM, que ajudou a reorganizar todo o fluxo da atenção ao migrante e aos refugiados no município, norteados e inserindo essa parcela da população na agenda pública em todas as áreas. Além disso, no período da pandemia houve duas situações... A primeira a barragem de entrada dos venezuelanos, principalmente pela Argentina com a fronteira fechada, onde para aqueles que precisavam voltar, a Assistência Social articulou negociações com o Consulado Argentino que emitiu a documentação necessária para a realização da travessia - fornecendo passagens e

acolhimento quando necessário. Inicialmente, o acolhimento contava com 10 vagas para migrantes e refugiados, atualmente conta com 20 vagas. Os acolhimentos são caracterizados por público - famílias, mulheres, idosos. Na reabertura da ponte do Paraguai houveram duas situações... Alguns migrantes venezuelanos chegando, que foram atendidos na Casa do Migrante, onde o fluxo de atendimento foi melhorado devido a sua articulação com a Polícia Federal na maior participação em ações e diálogos. Segundo o Secretário, houve sim dificuldades para atender as demandas criadas na pandemia, mas o município conseguiu respondê-las de forma bem articulada. Atualmente com a retomada econômica da cidade, os migrantes que estão com suas documentações regularizadas e com residência fixa deverão ser tratados como habitantes de Foz de Iguaçu, sem distinções e com a garantia de seus direitos. Porém, ainda há desafios, como a completa ausência de um campo de políticas públicas tratadas não para o atendimento do migrante, mas para ampliação dos processos de inclusão dessa parcela populacional. Infelizmente, as regulações existentes no âmbito federal e casa da assistência para inclusão do atendimento ao migrante ainda são tratadas no campo emergencial - excluindo-os da vida cotidiana. O Secretário reforça que a população migrante a partir do momento em que ela se estabelece não pode ser tratada como uma situação de emergência, sendo necessário ser tratada a partir das políticas públicas do cotidiano, pois as falhas das políticas que afetam a população brasileira irão afetar diretamente essa população também. Portanto, segundo o Sec. Elias, os desafios são ampliar a cobertura das políticas públicas no campo da assistência social para dar conta de responder às demandas que são apresentadas, tratando essa parcela da população de forma igualitária à brasileira já residente. Além disso, o 60% de corte nas políticas de Assistência Social por parte do Cofinanciamento Federal e o baixo Cofinanciamento Estadual afetam diretamente essa população, pois diminui a possibilidade de expansão dos serviços sócio-assistenciais e consequentemente a exclusão dessas pessoas. A presidente Marcia agradeceu a fala do secretário Elias e exaltou que os migrantes e refugiados devem sair do âmbito emergencial para compreender a sua amplitude como cidadão de direito. A conselheira Elizete indagou como está a inserção laboral no mercado de trabalho em Foz do Iguaçu. O secretário Elias relata que existia um cenário antes da pandemia, onde muitos dos migrantes trabalhavam como autônomos, referente aos venezuelanos, muitos chegavam com uma formação qualificada e portanto estavam sendo inseridos no mercado de trabalho, além disso há diversos cursos de qualificação. No ponto de vista do mercado formal, o secretário relata que devido a pandemia o setor hoteleiro fechou gerando muito desemprego, que está sendo reaquecido somente agora com o avanço da vacinação e decrescente dos casos. Em seguida, a presidente Marcia deu continuidade a reunião abrindo a fala para os representantes de Cascavel. Representado a Secretaria de Assistência Social de Cascavel, Hudson, salientou que o município possui uma importante e completa rede de atendimento das políticas de assistência social. No período de pandemia, a Assistência Social não parou em nenhum momento, pelo contrário, aumentou seu atendimento devido ao aumento das demandas. Em 2019 foram atendidas 42 mil pessoas, já em 2020 foram atendidas 65 mil pessoas, um acréscimo de 53%. Tal como Foz do Iguaçu, as políticas de Cascavel buscam atender os migrantes da mesma forma igualitária com os mesmos direitos e condições dos brasileiros. Outro registro feito pelo secretário foi que de janeiro até julho de 2021, 664 famílias estrangeiras foram

atendidas nas unidades do CRAS, destas 335 são famílias venezuelanas, 210 de haitianas e 97 paraguaias. Em relação ao mercado de trabalho, Cascavel é a segunda cidade do Estado do Paraná que mais gera empregos. A Secretaria Municipal de Educação de Cascavel foi apresentada pelo Maxwell, onde a partir do momento em que um aluno estrangeiro chega à rede pública municipal de ensino, esse aluno passa a ser alvo das mesmas políticas e formas de ensino de um aluno brasileiro. Porém, há uma grande dificuldade em relação ao idioma, principalmente dos alunos que ingressam em idade mais avançada, além de que, muitas vezes os pais matriculam os alunos sem fornecer muitos documentos, não havendo como realizar o nivelamento desses alunos - além disso, as classificações são diferentes para cada país. Em conclusão, muitas vezes a classificação é realizada apenas pela idade do aluno. Entretanto, as dificuldades impressas pela falta de familiarização com o idioma acarreta em reprovações, carecendo, tão logo, uma intervenção com reforço escolar nesse sentido – haja vista que muitas vezes não há grandes dificuldades conteudísticas. Exibiu os dados de que há 31 mil alunos na Rede Municipal de Ensino; em 2020, havia 894 alunos - entre rede estadual, municipal e privada – estrangeiros, sendo que rede pública Municipal eram 331. Em 2021 há somente na Rede Pública Municipal 493 alunos estrangeiros (dos quais, 182 são haitianos, 42 são paraguaios e 227 são venezuelanos). Maxwell ainda registrou quanto à volumosa procura de jovens e adultos por educação oferecida pelo município, mas que tais salas acabaram por ficar esvaziadas em 2020 por decorrência do coronavírus, diminuindo-se a procura. Retomando-se, gradualmente, as atividades presenciais, expressou que se faz necessária a reativação de uma busca ativa para a educação de jovens e adultos, inclusive dos que sofrem dificuldades ocasionadas pela ausência de domínio da língua; para tal, apresentou o projeto da UNIOESTE de formação dos professores especializados, bilíngues, a fim de que realizem a mediação em ao menos algumas unidades escolares, onde tais alunos apresentem maior número – já que, em grande medida, as famílias migrantes tendem a permanecer razoavelmente próximas e a matricularem seus filhos nas mesmas unidades. Encerrada a fala do Maxwell. A presidente agradeceu por sua exposição e solicitou que as informações e dados sejam arremetidas para o CERMA/PR. Estendendo as dúvidas de demais conselheiros e conselheiras, a presidente questionou aos municípios presentes se há uma triagem ou filtragem das pessoas que chegam aos municípios sem documentos, na perspectiva do atendimento de Assistência Social, e se estas estão conseguindo acessar benefícios e/ou programas assistenciais. Elias respondeu que ausência de documentos não pode significar impossibilidade de acessar determinados programas. Expôs que as famílias acessam aos CRAS e relatam esta determinada dificuldade, o que inevitavelmente incide em certas problemáticas para inserção no CADÚnico, mas que se realiza uma espécie de cadastro paliativo, a fim de que esta passe a ser atendida dentro das possibilidades, como ao benefício da alimentação e da educação – outras situações, como a de acesso à saúde, procura-se estabelecer pontes, contatos e dar celeridade à obtenção dos documentos, mas que não significa uma limitação de acesso. Maxwell respondeu que o município corresponde a mesma linha, mas que na realidade de Cascavel há muita dificuldade em relação a necessidade de regularização ou tramitação com a Polícia Federal, ou outras questões de acesso trabalhista e afim. A presidente ratificou a falta que a ausência dos migrantes na reunião traz, registrando, aí, a necessidade de se averiguar

por tais presenças em reuniões futuras. Por fim, agradeceu profundamente, e registrou que as reuniões procuram promover espaços de fala aos municípios, além de promover a garantia de direitos em todos os âmbitos. A presidente deixou a provocação pela criação de GT's ou Comitês, em ambos os municípios, para tratamento específico da causa migrante, incorrendo, nisso, uma introdução ao que poderia vir a ser um conselho municipal. Os municípios agradeceram e colocaram-se à disposição. Informou-se da grave situação de saúde do conselheiro e vice-presidente Jefferson de Oliveira Salles, que se encontra em coma induzido. **5. Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015 - CPF-Atendimentos no Brasil - Regina Rabelo Guimarães:** a conselheira Kelly abordou a pauta dizendo que a Regina respondeu um e-mail ai CERMA de que estava com dificuldades para acessar a reunião, tornando-se inviável, por motivos exteriores, conectá-la em seguida. Kelly, assim, prosseguiu, e esclareceu que a pauta deve-se que pelo CEIM estabeleceu contato com a Receita Federal, onde estes enviaram os documentos que foram repassados ao CERMA, de se solicitar o CPF aos migrantes refugiados, a fim de que possam, a partir do registro, ter acesso à assistência social e saúde. Foram enviado ao Conselho o DOC documentado, inclusive constando as últimas anotações da Regina; já que se averiguou que com os migrantes não conseguiam realizar agendamentos na Receita pela ausência de CPF. Tão logo, o documento explora orientações gerais para lidar com o processo e o encaminhamento. Kelly disse que colocou a pauta dentro da Comissão de Direitos que participa e que esta solicitou à Regina que comparecesse a uma reunião da comissão – e que ela assim o fez; a partir dessa reunião partiu o convite para participação desta reunião para exposição da Nota Técnica, além de possibilitar esclarecimentos pontuais aos conselheiros. Não estando integralmente a parte de todos os trâmites do conselhos, haja vista ocupação como conselheira suplente, Kelly informou que a Ana Felícia, sua contrapartida titular, testou positivo para covid-19. A conselheira ainda pediu, aos que leram o documento, que enviem suas dúvidas, se existirem, ao e-mail da SEC, a fim de que possam enviá-las à Regina e ela possa trazer os esclarecimentos. **6. Relatos das Comissões e GT's:** a conselheira Rima conduziu o ponto de pauta. **6.1 – Comissão de Comunicação e Eventos:** O conselheiro Renato informou que a comissão ainda não pôde (até a reunião em questão) reunir-se no mês de Julho, haja vista complexidades de agendamento. **6.2 – Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos:** Reunião 27/07/2021. Conselheiros Presentes: Juliana Silva, Luciane Taline Costa, Cláudio Marques, Kelly Letchakowski. Colaboradores: Luana e Gabriela. A conselheira Luciane Taline (SEJUF/DAS), relatou: **1. Participação do Representante da Receita Federal na Reunião do CERMA:** abordada pela conselheira Kelly e que infelizmente não fora possível. **2. Contribuições e finalização da Nota Técnica Sobre as Crianças e Adolescentes Migrantes Separadas e/ou Desacompanhadas:** a comissão realizou alguns ajustes na Nota, depurando e incorporando algumas definições de cada órgão competente nos atendimentos; expressiu a necessidade de publicação imediata. Juliana comprometeu-se em inserir a nota à definição da Operação Acolhida e de verificar possibilidade de menção à Polícia Federal. **3. Informe sobre o GT Ocupações:** Sobre a Ocupação de Araucária. Juliana informou sobre a iniciativa de trabalho na ocupação, que vem sendo debatida no GT, com a participação da Thais Diniz, da comissão de direitos humanos da ALEP. Thais realizou uma aproximação com a gestão municipal e com a líder comunitária da ocupação, esta

que participou de uma reunião do GT. Os ocupantes relataram que não possuem acesso à educação, saúde e demais direitos. Uma pesquisa está sendo ali realizada a fim de que seja possível a proposição de ações na comunidade com apoio do CERMA, do Gov. Municipal e do Estadual e de instituições da Soc. Civil. **6.3 – Comissão de Gestão da Informação:** Data: 26/07/2021. Conselheiros presentes: Elizete Sant’Anna, Edson Belo Clemente de Souza, Prof. Isabel. Covidados: Isabela Traub, Ana Júlia Franco e a Nadja Floriani. Isabela relatou: a reunião teve início com questionamentos e formulações de encaminhamento sobre o envio de ofícios às Universidades que fazem parte do CERMA/PR e que contribuem com participação na pesquisa-piloto sobre o mapeamento e inserção de migrantes e refugiados no ambiente universitário. Os ofícios já foram encaminhados para a Secretaria Executiva do conselho para envio aos representantes das Universidades. Considerando a importância do questionário, definiu-se que os ofícios devem ser encaminhados para determinadas representações dentro das Universidades, com cópia para o CERMA, a fim de que seja possível um acompanhamento; para tanto, estabeleceu-se que a comissão deveria realizar um levantamento das universidades e seus representantes. Aguarda-se o encaminhamento dos ofícios para que sejam tomados os próximos passos posteriormente. **6.4 – Comissão de Monitoramento das Políticas Públicas:** Rima informou que a comissão não pôde reunir-se em Julho. **GT do Plano Estadual:** também não houve reunião, a ser realizada nos próximos dias. **7. Constituição da Comissão Eleitoral:** a presidente rememorou sobre as tratativas desse tema na última reunião do conselho, para a eleição que ocorrerá na última reunião do conselho no ano de 2021. Adiante, a consulta aos conselheiros acerca de quais teriam o interesse de compor a comissão. Jane informou que enviou por e-mail o trecho do Regimento Interno em relação às eleições. A escolha é de 03 conselheiros de cada segmento. A presidente definiu pela resolução das indicações na reunião de agosto, solicitando apenas aos conselheiros que avaliem suas possibilidades de participação. **Informes:** SEC: Justificativas de Ausência: Andressa Gongora Barboza. O conselheiro André informou que estará integrando o trabalho ao ponto focal da ação de interiorização da Cáritas e do ACNUR, que pretendem estar mais próxima do CERMA nos assuntos referentes ao tema, além de passar a integrar o NURIN; colocou-se à disposição nesse sentido. Elizete expressou quanto à avaliação da possibilidade de aprofundamento no tema da interiorização; a conselheira ainda sugeriu à saúde que a partir da SESA faça com que as Secretarias dos Municípios seja possível alguma forma de que as informações relativas à pandemia, e sobretudo à vacinação, cheguem aos migrantes, a fim de que estes acessem corretamente as vacinas. Para tal, a presidente apontou que a discussão pode circunscrever um tema principal de alguma pauta do conselho. Pediu, portanto, à Rosane que leve certas informações ao conselho com relação ao assunto, dos levantamentos estaduais. Rosane informou que dialogará com o setor que lida com a imunização para verificação. Portanto, a presidente disse que se alinhará a pauta da reunião no encontro da mesa diretiva e, assim, verificar-se-á a introdução dos pontos nela. Adiante, a conselheira Kelly informou que, junto à OIM, o CEIM realiza o ciclo de Capacitação (‘Vez e Voz do Migrante’), contando com uma grande adesão dos migrantes, representações culturais e afins; informou que as construções do ciclo ficarão disponíveis no site da SEJUF a quem se interessar em acessar. Elizete explanou, nesse sentido, que estão sendo realizadas lives com a tratativa do Tráfico de Pessoas, tema que demanda atenção

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR

do conselho – inclusive, como proposição futura de abordagem. **Encerramento:** Após as referidas discussões, encaminhamentos e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A ata presente fora redigida pelos estagiários Davi da Rosa e Gabriel de Franco Rocha, e revisada pela Secretaria Executiva Jane Vasques do DEDIF/SEJUF. **ENCAMINHAMENTOS: 5. Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015 - CPF–Atendimentos no Brasil - Regina Rabelo Guimarães:** encaminhamento de possíveis dúvidas à Sec. **7. Constituição da Comissão Eleitoral:** elaboração da comissão em Agosto/2021.